



## O MUNDO DO TRABALHO E AS IMPLICAÇÕES NO PAPEL DO PEDAGOGO ESCOLAR

Maria Christine Berdusco Menezes

maria\_christine@ibest.com.br

Giselda Cecília Serconek

Glaciane Cristina Xavier Mashiba

(UEM)

### Resumo

Pensar na unitariedade do papel do pedagogo nos dias atuais é pensar nas razões que direcionaram para a junção do papel do supervisor e orientador em uma única função: pedagogo. As discussões e reflexões no presente artigo são decorrentes da prática enquanto pedagogas em escolas públicas do estado do Paraná. Dessa forma, o que se pretende é aprofundar a discussão sobre a função e atuação do pedagogo no ambiente escolar por meio de uma contextualização histórica que permita compreender as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e nas transformações da administração do estado e a redefinição do papel da educação. O Curso de pedagogia no Brasil, desde sua criação em 1939 até os dias atuais, passou por várias discussões, reflexões e transformações. Em 1962, por meio do Parecer CFC nº 251/62 permanecia a separação entre bacharéis e licenciados. Em 1969 com a aprovação de um novo Parecer o de nº 252/69 surgem as habilitações de orientador, supervisor e administrador, possibilitando a atuação daqueles que se formassem em pedagogia nas funções técnicas e burocráticas da escola, tal qual foi na criação do próprio curso de pedagogia. A partir de 2006 por meio da resolução CNE/CP Nº 1, que institui as diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em pedagogia, licenciatura, no art. 4º determina que a formação dos professores deve ser para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. Além dessa perspectiva evidencia-se na formação do pedagogo a participação na gestão de processos educativos e na organização e funcionamento de sistemas e instituições de ensino. Diante disso, percebe-se que nas escolas públicas paranaenses a presença do pedagogo é uma realidade desde 2004 por meio de concurso público, entretanto, o seu fazer limita-se ao atendimento dos professores na queixa de alunos sobre os atos indisciplinados. Por meio de autores como Kuenzer, Vasconcelos, Saviani, Libâneo buscaremos uma compreensão da função do pedagogo no âmbito escolar. Outros autores como Chesnais, Harvey, Alves, Antunes contribuíram no entendimento da reorganização do papel do estado e na reforma da educação, questões que se relacionam com a unitariedade do papel do pedagogo. Buscamos no decorrer do texto apresentar um direcionamento de atuação do pedagogo enquanto gestor da prática educativa, ou seja, por meio do auxílio aos professores na organização do planejamento das aulas, por acreditar que a ação de planejar implica na formação do ser humano. Conclui-se apontando que a formação do pedagogo e sua atuação no âmbito escolar torna-se um campo de disputa hegemônica que tanto pode ampliar como restringir as possibilidades de democracia e avanços para superação do capitalismo.

**Palavras-chave:** Mundo do trabalho. Reforma do Estado. Reforma da Educação. Papel do Pedagogo.

### Introdução

A formação do pedagogo, no Brasil, vem passando por algumas transformações, desde a criação do curso de pedagogia em 1939. O que se pretende nesse texto é discutir e analisar a unitariedade do papel do pedagogo nos dias atuais, nas escolas públicas da educação básica. Para tanto, tem se claro, que para entender as razões que levaram a substituição do supervisor e





## **IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**

**Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5**

orientador, nos espaços escolares, em uma única função - o pedagogo, necessário se faz compreender a organização da política educacional brasileira a partir dos anos de 1990, no marco das transformações do papel do estado e da gestão pública. Nesse sentido abordaremos as reflexões no decorrer do texto situando em três momentos: primeiro buscaremos o entendimento do mundo do trabalho e da reforma do estado por acreditar que estes dois processos influenciaram na unitariedade da função do pedagogo; em seguida procuraremos refletir sobre a função do pedagogo no espaço escolar enquanto gestor na organização das práticas coletivas requeridas no âmbito escolar.

### **Reestruturação Produtiva e Espaço Escolar**

Na década de 1990 muitos países, incluindo o Brasil, iniciaram um processo de reforma na administração pública com a redefinição do papel do estado, o que consequentemente implicou, também, em uma reforma educacional com mudanças significativas na organização e gestão da educação pública. Tais modificações no âmbito das políticas públicas sociais tiveram seu início com a crise econômica do capitalismo que se expressou no Brasil, na década de 1970 (ALVES, 1999).

O modelo fordista de produção que teve seu início na década de 1920 e um grande auge no decorrer do século XX, tinha como paradigma a organização do trabalho em unidades fabris, concentrando um grande número de trabalhadores distribuídos em uma estrutura verticalizada e rigidamente hierarquizada, a qual objetivava uma produção em massa de produtos pouco diversificados para atender a demandas relativamente homogêneas. A tecnologia era estável com base na eletromecânica rigidamente organizada. Harvey (2002) afirma que a base do método de produção do fordismo/taylorismo era a separação entre gerência, concepção, controle e execução. Assim, não havia espaços para mudanças, nem a participação ou criatividade dos trabalhadores eram aceitas nas discussões do desenvolvimento do trabalho.

A escola que, por sua vez, acompanha o desenvolvimento da sociedade se organizava tal qual uma fábrica. Apresentava-se como um modelo de administração verticalizada, onde o diretor era o administrador e todas as decisões eram centradas em sua função. Havia na escola um modelo de organização onde uns pensavam enquanto outros executavam. Nesse contexto, mais

4561





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

precisamente na década de 1970, é que surge a função do supervisor, do orientador e do inspetor, justamente com o objetivo de controlar e fiscalizar o trabalho do professor. Essa fragmentação do trabalho escolar, nas palavras de Kuenzer (2008, p. 48), “deriva da necessidade de valorização do capital, a partir da propriedade privada dos meios de produção”.

Após 1973, a base de produção fordista apresentou sinais de enfraquecimento, com a diminuição da capacidade da taxa de lucro, e a crise desse período abriu caminho para a transição ao regime de acumulação flexível, onde sua maior expressão se encontra no sistema Toyota. Esse processo consolidou-se com o avanço tecnológico, uma das principais características do período de estruturação da produção vivenciado nas últimas décadas (ALVES, 1999).

O processo de produção de base toyotista tem como eixo central a necessidade de responder a um aumento da demanda de produção sem o aumento de contratação de pessoal, ou ainda com a redução de trabalhadores. Há grande ênfase no trabalho em equipe, por meio da multivariabilidade de funções, nesse contexto os trabalhadores são chamados a participar das discussões relacionadas ao seu posto de trabalho nos “Círculos de Controle de Qualidade” (ANTUNES, 2000). A produção passa a ser estruturada sobre um processo produtivo flexível que permite ao operário manipular até cinco equipamentos simultaneamente. O que antes no fordismo/taylorismo havia uma organização estruturada verticalmente, agora nesse modelo de produção as empresas se organizam por meio de uma estrutura horizontalizada o que acarreta a transferência para terceiros de grande parte do que antes era produzido dentro do próprio espaço produtivo. Além dessas características, cabe ressaltar que o toyotismo apresenta o princípio do *just in time*, ou seja, o melhor aproveitamento possível do tempo de trabalho e o sistema de reposição de peças de estoque por meio de senhas, o *kanban*.

Dessa forma a administração ganha o status de gestão para atender as novas formas de organização dos trabalhadores. Essas novas práticas de gestão realizadas na empresa com a intensificação do trabalho no sentido de fazer “mais com menos” influência também a administração de outras instituições, como a escola e conseqüentemente a sua organização.

A escola nesse contexto passa a se organizar por meio do trabalho coletivo. O diretor figura central no modelo fordista/taylorista é o gestor e sua função passa a ser exercida num processo





horizontalizado chamando as diferentes instâncias colegiadas<sup>1</sup> para a tomada de decisões. Deixa de existir a separação de quem pensa e ordena para quem executa, o processo deve ser construído em conjunto. Outro fator importante refere-se a função do pedagogo na escola, que atualmente em muitas escolas públicas brasileiras já não há mais as funções do supervisor e orientador, o que antes era preciso de dois profissionais para essas funções, agora passa a ter um profissional: o pedagogo. Tal qual orienta os princípios do toyotismo, o enxugamento de pessoas nas empresas.

## Neoliberalismo

As modificações ocorridas no mundo do trabalho vieram acompanhadas pelo ideário neoliberal. O Brasil assume esse ideário a partir da década de 1990 com o início do mandato presidencial de Fernando Collor de Mello. O neoliberalismo pode ser concebido como uma ideologia, ou seja, uma maneira de ver e julgar o mundo social (MORAES, 2001). Para os adeptos dessa ideologia a crise econômica capitalista é a crise do Estado, assim, para sua superação necessário se faz a reformulação do papel do estado, sobretudo em sua administração, através de privatizações de empresas estatais e serviços públicos e a desregulamentação ou criação de novas regras para esses setores com o objetivo de diminuir a intervenção do Estado nos negócios privados.

O neoliberalismo concebe o desenvolvimento histórico do capitalismo como algo que se dá naturalmente, porém pode-se afirmar com base no materialismo dialético que o capitalismo é um modo de produção desenvolvido historicamente por interesses de uma determinada classe social – a burguesia; a consolidação do capitalismo é fruto de relações de interesse político e econômico. Noronha (2006, p. 69) aponta que “para a perspectiva evolucionista natural, não existe a possibilidade de rupturas”, isto é, haverá sempre os detentores do capital e os que vendem sua

---

<sup>1</sup> Instâncias Colegiadas: Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF); Conselho Tutelar; Grêmio Estudantil.





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

força de trabalho. O neoliberalismo somado aos avanços tecnológicos e a globalização<sup>2</sup> orienta a reorganização da sociedade brasileira a partir dos anos de 1990.

Nesse contexto a Educação Brasileira é repensada e redirecionada por meio da redefinição das políticas educacionais.

### Reforma da Educação

A reforma da educação se deu por influência direta da reorganização do trabalho e das orientações das agências internacionais: o Banco Mundial, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Tais organismos internacionais desempenharam importante papel na disseminação de princípios pelos quais deveria conter na reforma da educação por meio da organização de fóruns mundiais e regionais.

A Conferência Mundial de Educação para Todos realizada em Jomtien, Tailândia, em 1990 e a Conferência da Cúpula de Nova Delhi em 1993 são marcos dos eventos organizados pelas agências internacionais. Desses eventos saíram posições consensuais e os 155 países participantes, entre eles o Brasil, assinaram o compromisso de desenvolver um projeto direcionado a atender as *necessidades básicas de aprendizagem* (NEBAS). Dessa forma, indicaram a necessidade de um novo modelo de gestão educacional capaz de assegurar, para todos, uma educação de qualidade vista como uma das condições essenciais para o desenvolvimento humano, a inserção no mercado competitivo de trabalho e o exercício da cidadania (OLIVEIRA, 2000). Esse novo modelo de gestão direciona a formação do pedagogo enquanto gestor das relações envolvidas no âmbito escolar.

---

<sup>2</sup> De acordo com Sander (p. 18, 2005) a “globalização representa hoje a crescente gravitação dos processos econômicos, comerciais, sociais e culturais de caráter mundial sobre os processos de caráter regional, nacional e local”. Não se trata de um processo novo, a diferença é que, atualmente, as informações são muito rápidas, devido a revolução tecnológica, em um processo globalizado sustentado em uma nova economia, com alicerce na utilização eficiente do conhecimento.





### **Pedagogo gestor: avanços e retrocessos**

A formação do pedagogo vem sendo alterada no decorrer dos últimos anos. O curso de pedagogia, no Brasil, foi instituído em 04 de abril de 1939 pela Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil, por meio do decreto-lei 1.190 alinhando todas as licenciaturas no esquema 3+1. Assim, quem cursasse três anos de estudo recebia o título de bacharel e para quem cursasse mais um ano de estudo em Didática e Prática de Ensino receberia o título de licenciado.

Em 1962, Valnir Chagas relata o parecer 251/62, de sua autoria, mantendo o esquema 3+1 quando estabelece que o curso de pedagogia “destina-se à formação do ‘técnico de educação’ e do professor de disciplinas pedagógicas do curso normal, através do bacharelado e da licenciatura” (SILVA, p. 16, 2003). O Parecer CFE 252/69, também de autoria de Valnir Chagas, aboliu a distinção entre bacharelado e licenciatura e manteve a formação dos especialistas nas habilitações de supervisão, orientação e administração estas por serem consideradas necessárias ao desenvolvimento nacional e ao mercado de trabalho (SILVA, 2003). Dessa forma, as escolas passam a receber os supervisores e orientadores educacionais. O primeiro com a principal atribuição: acompanhar o trabalho dos professores; o segundo: acompanhar todos os assuntos direcionados aos alunos.

Ao final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980 a sociedade brasileira clamava pela reabertura democrática em um contexto em que apontava a reorganização do sistema capitalista mundial por meio da redefinição do papel do Estado e tão logo a reforma da educação. O curso de pedagogia sofria críticas referentes à organização e o caráter didático-metodológico e a questão dos pedagogos especialistas levando-se em consideração a fragmentação do trabalho realizado nas escolas (supervisão, orientação, administração e inspeção de alunos) o que minimamente contribuía para a melhoria significativa do ensino. Desse modo, os especialistas deveriam exercer seu papel numa ação integrada.

Desse período em diante foram vários encontros e discussões, em 1998 a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE) apresentou o documento “Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais” para os cursos de formação dos profissionais da educação. Em 1999, os responsáveis na elaboração das diretrizes do curso de pedagogia





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

envolveram um processo amplo de discussões solicitando sugestões das Instituições de Ensino Superior (IES) para a elaboração das diretrizes e melhoria do curso de pedagogia.

O Parecer CES 970, aprovado em 09/11/99 retira a possibilidade do curso de pedagogia voltar-se a formação de docentes para as séries iniciais do ensino fundamental e da educação infantil, já que a LDB/96 implantara essa possibilidade de formação nos cursos de Normal Superior. A função do curso de pedagogia estaria voltada à preparação de outros profissionais que não fosse o professor, por conta da extinção gradativa da formação do magistério em nível médio. Ainda assim, as lutas pela valorização e busca da identidade do curso de pedagogia persistiam, porém somente em maio de 2006, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou a Resolução, nº. 1/2006 instituindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. A referida diretriz deixa a critério dos Institutos de Ensino Superior manter o Normal Superior ou aqueles que o quisesse cursar mais um ano para se ter a licenciatura plena em Pedagogia. O art. 4º das diretrizes determina que:

[...] à formação dos professores deve ser para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos (BRASIL, 2006).

Além dessa perspectiva evidencia-se na formação do pedagogo a participação na gestão de processos educativos e na organização e funcionamento de sistemas e instituições de ensino. Outra questão que merece destaque é a extinção das habilitações oferecidas no curso (BRASIL, 2006).

Dessa forma, os dois profissionais (especialistas) que atuavam nas escolas públicas como: supervisores e orientadores tendem a ser substituídos por um – o Pedagogo. No Estado do Paraná essa prática já vem acontecendo desde 2004 através da abertura de Concurso Público para o exercício da função de Professor Pedagogo (PARANÁ, 2004).

Essa união de dois profissionais “em um” é reflexo da organização do trabalho por meio do modelo toyotista de produção e o discurso que se tem é que desta forma o trabalho pedagógico deixará de ser fragmentado, pois não terá mais a divisão técnica onde o supervisor atendia os professores e o orientador educacional, os alunos. Ora, a divisão técnica do trabalho pedagógico





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

deriva-se pela valorização do capital, e não pela substituição de dois profissionais por um, assim a mudança no processo de trabalho fordista/taylorista para o processo toyotista, nada mais é do que um caminho para a valorização e manutenção do capital, isto quer dizer que, a fragmentação do trabalho pedagógico no interior das escolas continuará existindo, pois o pedagogo assume para si inúmeras funções tornando-se polivalente, multitarefeiro. A escola é fruto da prática fragmentada, assim ela expressa e reproduz essa fragmentação, por meio de seus conteúdos, métodos e formas de organização e gestão (KUENZER, 2002). Dessa forma, pode-se entender e analisar a organização do trabalho pedagógico,

[...] à luz das teorias econômicas. Ele compreende uma forma específica de organização do trabalho sob o capitalismo. No processo de trabalho capitalista, os insumos, os objetos e os meios de trabalho não se apresentam de forma aleatória, eles, juntamente com a força de trabalho, estão submetidos a uma orientação bastante específica que é a finalidade da produção sob o signo do capital. (OLIVEIRA; p. 131, 2002).

Nessa perspectiva parece ser utópica a inexistência da fragmentação do trabalho pedagógico no âmbito escolar, enquanto não for superada a divisão entre capital e trabalho o qual produz relações sociais e produtivas e que possui como finalidade principal a valorização do capital. Assim, não há possibilidades de práticas pedagógicas autônomas, cujo direcionamento se dá pela materialização do Projeto Político Pedagógico, que expressa as relações de poder, concepções teóricas, ideológicas e políticas.

Entretanto, pode-se avançar para a superação de tais limites pela contradição que o próprio capitalismo apresenta na sua organização. Kuenzer (2002) contribui afirmando que o capitalismo apresenta aspectos positivos e negativos, avanços e retrocessos, que ao mesmo tempo evitam e aceleram a sua superação. Assim, é que podemos analisar a unitariedade do trabalho pedagógico e a ação do pedagogo na escola como possibilidade histórica de superação da fragmentação.

Segundo Libâneo (2002) o pedagogo gestor responde pela viabilização, integração e articulação do trabalho pedagógico-didático junto com os professores, direção e a comunidade escolar em função da qualidade do ensino e aprendizagem. São várias atribuições designadas ao Pedagogo no espaço escolar, enquanto gestor para a organização do trabalho pedagógico, cabe a ele: a coordenação e elaboração coletiva do Projeto Político Pedagógico, a construção coletiva da

4567





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

proposta curricular da escola, a organização e direcionamento de reuniões, de projetos, de palestras, de estudos; orientar e acompanhar os professores na elaboração do planejamento das aulas; encaminhar para atendimentos especializados alunos que apresentam necessidades educacionais especiais; elaborar junto com o coletivo o plano de ação da escola; acompanhar e orientar a escolha do livro didático; discutir com a direção, a equipe de professores e comunidade escolar os problemas (drogas, aborto, gravidez, violência...) que a escola apresenta em seu interior o que muitas vezes, contribui para a não aprendizagem dos alunos, a fim de pensar em ações que possibilitem a amenização de tais situações.

Todas essas funções são de extrema importância na organização da escola, entretanto, enfatizaremos a atuação do pedagogo na orientação e no acompanhamento dos professores na elaboração do planejamento das aulas, por acreditar que a ação de planejar implica a formação do ser humano.

A reforma educacional dos anos 1990 atuou de maneira significativa sobre a organização do trabalho pedagógico apontando novas formas de organizar o espaço escolar e novas formas de avaliar. Com o objetivo de formar um “novo tipo de homem” (FALLEIROS, 2005) que atenda as exigências do capitalismo a escola elabora o seu próprio planejamento. O pedagogo, diretor, professores, funcionários, alunos e a comunidade escolar podem e devem fazer parte desse processo. O pedagogo que domina sistematicamente e intencionalmente as formas de organização do processo de formação cultural orienta a elaboração do planejamento (SAVIANI, 1984).

Planejar significa organizar as ações que serão desenvolvidas. Uma definição simples, mas um tanto complexa. Para planejar o professor precisa ter claro: que aluno pretende formar. Aí o planejamento contribuirá na concretização daquilo que se almeja, ou seja, a relação da teoria com a prática. Percebe-se que para pensar na prática necessário se faz de uma teoria, de uma concepção de ensino e aprendizagem. É comum ouvir entre os professores que a teoria já possui o que falta é a prática. Consideramos que não é possível separar uma da outra, se tem a teoria conseqüentemente terá a prática. Ou talvez, “falta teoria, embora abunde discurso... O professor fica com uma certa elaboração teórica que não dá conta da realidade” (VASCONCELLOS, p. 44, 2006) e deixa de ter uma concepção clara, precisa e necessária na organização do planejamento.





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Concepção esta que contribuirá na mudança da prática pedagógica. Neste sentido é de fundamental importância a atuação do pedagogo como profissional que,

Atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação de saberes e modos de ação, tendo em vista objetivos de formação humana previamente definidos em sua contextualização histórica (LIBÂNEO, p. 68, 2002).

O pedagogo poderá contribuir auxiliando o professor na organização do planejamento clareando, desde a definição de uma concepção até na clareza dos objetivos, metodologia e avaliação, itens básicos que compõem um planejamento. Quando o professor define claramente: o que? como? e para quê? será ensinado determinado conteúdo, a avaliação deixará de ser punitiva e passará a fazer parte da formação do educando.

A avaliação na escola pública também é assunto que recebe influência e alterações pela reforma da educação dos anos 1990. Novas formas de avaliar são incorporadas à prática dos professores. Na década de 1970 a avaliação na escola pública vinha aos anseios das orientações do modo de produção capitalista através da memorização, do treinamento, da repetição, classificava e excluía os alunos do processo ensino aprendizagem. A partir da década de 1990 com a reorganização do sistema capitalista alterando a base de produção fordista/taylorista para o toyotismo a avaliação passa a ter uma nova “roupagem”, passa a ser flexível, entretanto continua sendo realizada como uma classificação e exclusão dos alunos da escola.

Libâneo (2008, p. 173) aponta que a flexibilização da avaliação da aprendizagem, incluindo a aprovação automática, é uma das mais gritantes formas de exclusão.

Qualquer professora sabe que no final do ano há alunos que conseguiram atingir o esperado, há os que conseguiram mais ou menos e os que não conseguiram o nível de aproveitamento esperado. Ai vem aquela conversa: essa criança não tem ambiente em casa, não fez as tarefas, não tem família organizada, a mãe trabalha fora, etc., então ela merece ser promovida. Por acaso não se trata de uma forma de exclusão? E as excluídas não são precisamente aquelas crianças mais pobres?

Aí é que entra o pedagogo enquanto um gestor do trabalho pedagógico. O pedagogo ao tomar conhecimento da situação da não aprendizagem do aluno, seja no conselho de classe ou em alguma outra situação deverá auxiliar o professor, sobretudo, pro meio da elaboração do planejamento das aulas, formas mais eficazes para a melhoria da aprendizagem dos alunos a fim





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

de que estes não sejam aprovados pelo fato de que “a mãe trabalha fora o dia todo” ou que ainda “não tem família organizada”...

Acreditamos que o reconhecimento e efetivação do pedagogo na escola dependerá do reconhecimento da intencionalidade e especificidade do trabalho pedagógico junto a toda comunidade escolar. Assim o envolvimento do pedagogo com questões do dia-a-dia escolar não deve extrapolar seu tempo e espaço do fazer pedagógico, uma vez que, problemas de disciplina, acompanhamento de alunos na entrada e saída, são problemas que ultrapassam o limite da especificidade do pedagogo e a escola como um todo precisa planejar ações para enfrentamento dessas questões, senão o pedagogo escolar sentirá a sensação, como afirma Vasconcellos (2007, p.85),

[...] de que são “bombeiros” a apagar os diferentes focos de “incêndio” na escola, e no final de dia vem o amargo sabor de que não se fez nada de muito relevante... Sentem ainda o distanciamento em relação aos professores, a desconfiança, a competição, a disputa de influência e de poder, etc.

Diante disso, percebemos que a junção do supervisor e orientador em uma única função o pedagogo, nada mais é do que estratégia do sistema capitalista de produção que por sua vez, encontra-se organizado por meio do toyotismo, enquanto não houver a superação da influência do sistema capitalista de produção no âmbito escolar, os pedagogos continuarão encerrando o expediente com a amarga sensação de que nada fez.

### Considerações Finais

Diante das discussões desenvolvidas durante o texto é possível considerar que para discutir a unitariedade do papel do pedagogo nos dias atuais, nas escolas públicas da educação básica, necessário se faz compreender, historicamente, como vêm sendo discutido e organizado o curso de pedagogia, bem como a extrema influência do mundo do trabalho na organização e direcionamento das atuais diretrizes curriculares para a formação de professores. Assim, as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, a reforma da educação e os encaminhamentos das agências internacionais direcionaram mudanças nas políticas educacionais orientadas pela perspectiva neoliberal.





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

A organização do trabalho pedagógico apresenta-se em sintonia com a forma de desenvolvimento do capitalismo, isto é, a fragmentação do trabalho pedagógico nada mais é do que resposta a manutenção do sistema produtivo capitalista.

A união das atribuições de dois profissionais para o exercício de um profissional nada tem contribuído com a unitariedade do trabalho pedagógico, essa nova forma de organização e gestão da escola, onde parece que amplia o conteúdo do trabalho ao envolver um único profissional no exercício de várias atribuições, “na verdade cada vez mais esvazia sua atividade, reduz os requisitos de qualificação e intensifica o uso da força de trabalho, explorando-o ainda mais” (KUENZER, p. 53, 2002).

A década de 1980 é marcada pela busca da democracia, muitos trabalhadores da educação reivindicaram a valorização do magistério, melhoria nas condições de trabalho e remuneração, bem como, a gestão e organização da educação por meio da eleição direta para direção de escola, a formação de colegiados escolares e assembleias escolares como instâncias de participação do conjunto dos usuários da escola pública e a construção coletiva dos projetos político-pedagógicos. Essa luta dos trabalhadores se deu em um contexto em que o Brasil também requeria a democracia. É sabido que a democracia brasileira se constituiu legalmente por meio da Constituição de 1988. Entretanto, a partir de 1990 com o ideário neoliberal se adentrando no Brasil novos caminhos se deram na democracia brasileira, ocorrendo vários adendos na Carta Magna com princípios neoliberais.

O atual cenário é de uma solidificação do capitalismo e com isso há uma nova sociabilidade, ou seja, as pessoas agem no contexto do que se tem como certo ou ideal. Os movimentos sociais foram aos poucos enfraquecendo. Os discursos nem sempre coincidem com a prática. Todos falam em democracia, participação, unitariedade, politecnia, etc. O problema que os termos e conceitos são resignificados e, na prática, assumem outra conotação. Todos defendem a igualdade, mas na prática temos a equidade<sup>3</sup>.

A grande dificuldade hoje é que os discursos são parecidos, esquerda e direita têm as mesmas bandeiras de luta. Problema é que não temos mais a idéia da universalização dos direitos

---

<sup>3</sup> Trata-se diferente os iguais, como por exemplo, sistema de cotas para pessoas com necessidades especiais, negros, indígenas.





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

sociais. Os direitos sociais são fragmentados e oferecidos em forma de benefícios aos mais necessitados. Transfere-se para o indivíduo e a comunidade local (escola) a responsabilidade por garantir valores que deveriam ser universais.

O trabalho pedagógico caminha em mesma direção, há um discurso, mas uma prática diferenciada. Transfere-se para a escola a responsabilidade da família, da sociedade e o pedagogo exercendo a função de polivalência “tenta” resolver os problemas diários. A superação dessa realidade somente se dará pela organização do trabalho pedagógico direcionado pela politécnica, isto é, a compreensão da escola na sua totalidade, o que implica em “compreender a gestão como prática social de intervenção na realidade, tendo em vista a sua transformação, e sugerir uma nova qualidade na formação dos profissionais da educação, pedagogos e professores” (KUENZER, p. 63, 2002).

Essa realidade é difícil de ser alcançada, mas não impossível de ser almejada, por meio do projeto político pedagógico da escola é que se pode pensar, organizar e direcionar a organização do planejamento da escola a fim de garantir aos que pela escola passam uma educação de qualidade a fim de compreenderem as contradições existentes na sociedade atual.

A formação do pedagogo e sua atuação no âmbito escolar torna-se um campo de disputa hegemônica que tanto pode ampliar como restringir as possibilidades de democracia e avanços para superação do capitalismo.

## Referências

ALVES, Giovanni. **A nova degradação do trabalho na era da globalização**. Londrina: Práxis, 1999.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2000.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº.1, de 15 de maio de 2006**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf)> Acesso em 03 mai. 2010

FALLEIROS, Ialê. Parâmetros curriculares nacionais para a educação básica e a construção de uma nova cidadania. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2002.





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

KUENZER, Acácia Zeneida. Trabalho pedagógico: da fragmentação à unitariedade possível. In: **Para onde vão a orientação e a supervisão educacional?**: AGUIAR, Márcia Ângela da S.; FERREIRA, Naura Syria Carapeto. Campinas, SP: Papirus, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. Ainda as perguntas: o que é pedagogia, quem é o pedagogo, o que deve ser o curso de pedagogia. In: PIMENTA, Selma Garrido (Org). **Pedagogia e pedagogos**: caminhos e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. **Alguns aspectos da política educacional do governo Lula e sua repercussão no funcionamento das escolas**. Campinas, SP. Revista HISTEDBR On-line, n.32, p. 168-178, dez.2008.

MORAES, Reginaldo C. Correa de. **Neoliberalismo**: de onde vem, para onde vai? São Paulo: Editora SENAC, 2001.

NORONHA, Olinda Maria. **Políticas neoliberais, conhecimento e educação**. São Paulo: Editora Alínea, 2006.

OLIVEIRA, Dalila Andrade de. Mudanças na organização e na gestão do trabalho na escola. In: \_\_\_\_\_; ROSAR, Maria de Fátima Félix. **Política e Gestão da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

\_\_\_\_\_. **Educação básica**: gestão do trabalho e da pobreza. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

PARANÁ. **Edital do concurso público para o provimento do cargo de Professor Pedagogo**. Paraná, 2004. Disponível em: <[http://www.cops.uel.br/concursos/seap\\_2004/Edital\\_037\\_2004.pdf](http://www.cops.uel.br/concursos/seap_2004/Edital_037_2004.pdf)> Acesso em 29 jan. 2011.

SANDER, Benno. **Políticas públicas e gestão democrática da educação**. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

SAVIANI, Demerval. **Sentido da pedagogia e papel do pedagogo**. São Paulo. Revista da ANDE, n.º 9, 1985.

SILVA, Carmem Silvia Bissoli da. **Curso de pedagogia no Brasil**: história e identidade. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do Trabalho Pedagógico**: do projeto político – pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2007.

\_\_\_\_\_. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico. São Paulo: Libertad, 2006.

